

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI Nº 765**

*CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

MAURO JONCK, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica criado o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR - órgão de assessoramento que tem por finalidade auxiliar a Administração Municipal na orientação, planejamento e execução, em matéria de sua competência, vinculando-se a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 2º: O Conselho Municipal de Turismo terá as seguintes atribuições:

I - Definir os objetivos e a política de turismo no Município, em consonância com as diretrizes emendas do SANTUR e dos interesses locais;

II - Opinar sobre projetos turísticos elaborados para o Município e a Região, participando juntamente com os órgãos Estaduais;

III - Eleger os membros e sua Diretoria, nos termos previstos em regulamento;

IV - Elaborar se Regimento Interno, que disciplinará sua organização e funcionamento;

V - Decidir sobre matérias de sua competência originária.

Art. 3º: O Conselho Municipal de Turismo, compor-se-á de 10 (dez) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo indicados pelas seguintes Entidades:

- a) três representantes da Prefeitura Municipal
- b) dois representantes indicados pela Câmara Municipal
- c) dois representantes indicados pela ACIA - Associação Comercial e Industrial de Angelina
- d) dois representantes indicados pelo Conselho Comunitário

- e) um representante indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- f) um representante dos hotéis

\_ 1º: Cada membro do Conselho Municipal de Turismo terá um suplente nomeado pelo Prefeito Municipal, observando os mesmos critérios para indicação dos titulares.

\_ 2º: O mandato dos Conselheiros terá a mesma duração do mandato do Prefeito Municipal, podendo ser reeleito uma vez.

Art. 4º: Os membros do Conselho Municipal de Turismo, não serão remunerados e seus serviços considerados de relevância pública.

Art. 5º: O Conselho se reunirá, tantas vezes quantas forem necessárias, num mínimo estabelecido no Regimento Interno.

Art. 6º: O Conselho funcionará com um Secretário, Funcionário Municipal designado pelo Prefeito Municipal, que ficará permanentemente à sua disposição.

Art. 7º: O Conselho para o perfeito desempenho de suas finalidades, poderá contratar assessores técnicos com atividades remuneradas, desde que homologadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º: As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 9º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º: Revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 05 de dezembro de 1997.

**MAURO JONCK**  
**Prefeito Municipal**

